

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Contratos

Nível: Mestrado Profissional

Semestre: 2018/1

Professores: Dr. Fabiano Koff Coulon

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade précontratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (*moral hazard*), seleção adversa (*adverse selection*) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

Aula	Data	Tema da aula
1	14/04 Manhã	Apresentação da atividade acadêmica e do Plano de Ensino. Introdução: formalismo e funcionalismo no direito dos contratos. Leitura obrigatória: http://duncankennedy.net/documents/Legal%20Formalism.pdf
2	28/04 Manhã	Análise econômica do direito contratual: Teorema de Coase - introdução Leitura obrigatória: https://www.colorado.edu/ibs/es/alston/econ4504/readings/The%20Nature%20of%20the%20Firm%20by%20Coase.pdf
3	11/05 Tarde	Análise econômica do direito contratual: risco moral e seleção adversa. Leitura obrigatória: https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com.br/&httpsredir=1&article=1036&context=law_and_economics
4	12/05 Manhã	Análise econômica do direito contratual: governança contratual e <i>hold up</i> . Leitura obrigatória: http://masonlec.org/site/rte_uploads/files/Klein%20class%203%20required.pdf
5	18/05 Tarde	Seminários sobre temas contratuais: incompletude e a problemática do contrato no tempo. Leitura obrigatória: http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67626/70236
6	19/05 Manhã	Seminários sobre temas contratuais: especificidades dos contratos empresariais. Leitura obrigatória: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/183681/mod_resource/content/1/FORGIONI%20C%20Paula%20-%20Teoria%20Geral%20dos%20Contratos%20Empresariais%20-%20P.%2023-54.pdf
7	26/05 Manhã	Seminários sobre temas contratuais: princípios do direito contratual e os Projetos de Código Comercial. Leitura obrigatória: https://sigarra.up.pt/fdup/pt/web_gessi_docs.download_file?p_name=F730794107/A.11%20(2014)%20p.387-395.pdf
8	09/06 Manhã	Seminários sobre temas contratuais: redes contratuais. Leitura obrigatória: http://www.seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70573

9	23/06 Manhã	Seminários sobre temas contratuais: contratos de consumo, assimetria informacional e economia comportamental. Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2296015
10	29/06 Tarde	Seminários sobre temas contratuais: o contrato e novas tecnologias: smart contracts. Leitura obrigatória: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3090226 Encerramento dos encontros da atividade acadêmica.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, com apresentação oral de leituras prévias efetivadas e entrega ao final do respectivo fichamento das leituras ao professor (20% da nota final); 2. participação nos seminários temáticos a ser desenvolvidos em grupos (30% da nota final); 3. entrega do trabalho final (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos et al. **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

TIMM, Luciano Benetti (Org.) **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. Doutrinas Essenciais de Direito Civil, vol. 2, p. 579-606, São Paulo, Revista dos Tribunais, Out/2010.

AZEVEDO Antonio Junqueira de. **Natureza jurídica do contrato de consórcio**. Classificação dos atos jurídicos quanto ao número de partes e quanto aos efeitos. Os contratos relacionais. A boa-fé nos contratos relacionais. Contratos de duração. Alteração das circunstâncias e onerosidade excessiva. Sinalagma e resolução contratual. Resolução parcial do contrato. Função social do contrato. Revista dos Tribunais, v. 832, fev. de 2005, p. 115-137.

BIX, Brian. Contract Law Theory (March 17, 2006). **Minnesota Legal Studies Research Paper No. 06-12**. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=892783> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.892783>. Acesso em 12.04.2016.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2009.

CRASWELL, Richard. **Passing on the costs of legal rules: efficiency and distribution in buyerseller relationships**. Stanford Law Review, Durham, v. 43, p. 361-398, 1990-1991.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado: uma teoria da justiça e da dignidade humana**. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. **Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites**. Revista de Arbitragem e Mediação, vol. 45, p. 229-244, São Paulo, Revista dos Tribunais, Abr-Jun 2015.

FURUBOTN, Erik G; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory: the contribution of the new institutional economics**. 2ª ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

-
- GORDLEY, James. **Foundations of private law: property, tort, contract, unjust enrichment.** New York: Oxford University Press, 2006.
- HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order.** Chicago: University of Chicago Press, 1948.
- HERMALIN, Benjamin E. and KATZ, Avery W. and CRASWELL, Richard. The Law and Economics of Contracts. **Handbook of Law and Economics, Forthcoming; Columbia Law and Economics Working Paper No. 296.** Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=907678>. Acesso em 12.04.2016.
- JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy.** Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos Relacionais e Defesa do Consumidor.** 2ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
- MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais.** 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no Direito Privado.** São Paulo: RT, 2000.
- MARTINS-COSTA, Judith. **Crise e modificação da ideia de contrato no direito brasileiro.** Revista Direito do Consumidor, vol. 3, p. 127-154, Revista dos Tribunais, São Paulo, jul/set 1992.
- NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato: novos paradigmas.** Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que Serve o Direito Contratual?** Direito, Sociedade e Economia. São Paulo: Direito GV, 2014.
- SHAVELL, Steven. **Contracts, Holdup, and Legal Intervention** (May 2005). NBER Working Paper No. w11284. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=716261>. Acesso em 12.04.2016.
- SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e Contrato.** 1ª. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- TIMM, Luciano Benetti. **A Cláusula de Eleição de Foro versus A Cláusula Arbitral em Contratos Internacionais: qual é a melhor opção para a solução de disputas entre as partes?** Revista de Arbitragem e Mediação. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 10. ano 3, p. 20-38, JulSet./2006.
- USTÁRROZ, Daniel. **Contratos em espécie.** São Paulo: Atlas, 2015.

ZANITELLI, Leandro Martins. **A reciprocidade nos contratos**: uma análise expressivista. Revista de Direito Privado, vol. 42, p. 160-184, São Paulo, Revista dos Tribunais, Abr-Jun/2010.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Desenvolvimento, Direito e Sustentabilidade

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112151

Professores: Délton Winter de Carvalho

EMENTA

Aspectos estruturantes da matriz de desenvolvimento socioeconômico na Constituição brasileira. Estado Democrático Ambiental. Elementos constituintes do Estado Democrático Ambiental: Juridicidade e ‘status’ de direito fundamental. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente. Dimensões conceituais da Sustentabilidade. Sustentabilidade e equidade intergeracional. Instrumentos jurídico- econômicos de proteção ambiental. Economia Verde. Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Serviços ecossistêmicos. A ordem econômica e a tutela ambiental na Constituição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 1: 13/04/2018

Introdução à disciplina

Apresentação do Cronograma

1. Estado de Direito Ambiental
 - 1.1. Elementos constituintes do Estado de Direito Ambiental
 - 1.1.1. Juridicidade ambiental
 - 1.1.2. Status de direito fundamental
 - 1.1.2.1. Dimensões do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente:
 - a) Dimensão subjetiva
 - b) Dimensão objetiva
 - 1.2. Deveres ambientais constitucionais:
 - 1.3. Princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Leitura doutrinária obrigatória: CARVALHO, Délton Winter de. “Estado de Direito Ambiental.” *Gestão Jurídica Ambiental*. (doutrina e jurisprudência aplicadas). São Paulo: RT, 2017. p. 108-147.

Jurisprudência indicada:

ADPF nº 101-3, STF, Rel. Min. Carmen Lúcia, j. 05.08.2009.

Aula 2: 27/04/2018

Gestão Jurídica do Riscos Ambientais: da prevenção à precaução

Sistema constitucional de governança dos riscos ambientais

Prevenção geral e graus de incerteza

Prevenção “stricto sensu”: Modelo quantitativo

Cálculo de risco quantificável

Padrão probatório (reasonable probability)

Precaução

Critérios de ponderação

Ameaças graves e irreversibilidade

Incerteza e informação

Custo-benefício

Padrão probatório (reasonable satisfaction)

Análise jurisprudência selecionada. Em especial o acórdão do STF, RE 627189, rel. Min.

Dias Toffoli, Tribunal Pleno, j. 08.06.16, Repercussão Geral.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Déltton Winter de. “Gestão Jurídica do Risco Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. (doutrina e jurisprudência aplicadas). São Paulo: RT, 2017. p. 149-240.

Aula 3: 25/05/2018

1. Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.1. Elementos da Responsabilidade Civil Ambiental.
 - 1.2. Classificação e prova do Dano Ambiental, Individual e Coletivo.
 - 1.3. Nexu causal: inversão do ônus vs. Teoria das Probabilidades
 - 1.4. Solidariedade
 - 1.5. Medidas Compensatórias.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Déltton Winter de. “Responsabilidade Civil Ambiental.” Gestão Jurídica Ambiental. São Paulo: RT, 2017. p. 420-511.

Aula 4: 08/06/2018

1. Direito Ambiental na Era das Mudanças Climáticas
- 1.2. Sensitividade Climática
- 1.3. Função do Direito na Gestão de Desastres Ambientais
2. Litigiosidade como governança
3. Litigância Climática no Mundo.
4. Litigância Climática no Brasil.

Leitura doutrinária prévia obrigatória e entrega de fichamento nesta data: CARVALHO, Délton Winter de. “Compensação a Desastres.” *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. p. 318-372. BERNARDO, Vinícius Lameira Bernanrdo. “Mudanças Climáticas: estratégias de litigância e o papel do judiciário no combate às causas do aquecimento global no contexto brasileiro.” *Revista de Direito Ambiental*. Ano 22, vol. 88, out.-dez., 2017. p. 517-548.

Aula 5

AValiação: questionário a ser feito tendo como base as leituras, debates e explicações das aulas anteriores.

AValiação GERAL:

A avaliação será realizada pela i) participação nas atividades de debates orais nas aulas; ii) entrega dos fichamentos referentes às leituras obrigatórias acima listadas; iii) confecção de atividade escrita na última aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Délton Winter de. *Gestão Jurídica Ambiental*. São Paulo: RT, 2017. CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

FARBER, Daniel Farber; CARVALHO, Délton Winter de. (orgs.). *Estudos Aprofundados em Direito dos Desastres: interfaces comparadas*. Curitiba: Prismas, 2017.

FARBER, Daniel A.; FINDLEY, Roger W.. *Environmental Law*. 8. ed. West: St. Paul, 2010.

-
- FARBER, Daniel A.. “Disaster Law in the Anthropocene.” In: Jacqueline Peel; David Fisher (eds.). *The Role of International Environmental Law in Disaster Risk Reduction*. Boston: Brill Nijhoff, 2016.
- SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. *Climate Change Litigation: Analysing the law, scientific evidence & impacts on the environment, health & property*. Adelaide: Presidian, 2006.
- BRADFORD, Mank. “Standing and Statistical Persons: a Risk-Based Approach to Standing.” *Faculty Articles and Other Publications*. Paper 127. University of Cincinnati College of Law Scholarship and Publications. University of Cincinnati College of Law, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR Comentado [ASAV2]: Até 15 referências

- CAMERON, James. *Globalization and the Ecological State*. *Review of European Community and International Environmental Law*. v. 8, issue 3, 1999.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de direito*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho. *Juridicização da Ecologia ou Ecologização do Direito*. *Revista Jurídica do Urbanismo e do Ambiente*, Coimbra, n. 4, dezembro, 1995.
- CARVALHO, Délton Winter de; DAMACENA, Fernanda Dalla Libera. *Direito dos Desastres*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.
- CARVALHO, Délton Winter de. *Desastres Ambientais e sua Regulação Jurídica: deveres de prevenção, resposta e compensação ambiental*. São Paulo: RT, 2015.
- FARBER, Daniel. *Disaster Law and Emerging Issues in Brazil*. *Revista de estudos constitucionais, hermenêutica e teoria do direito-(RECHTD)*, 4(1): 2-15 janeiro-junho, 2012.
- FARBER, Daniel. “Uncertainty.” *The Georgetown Law Journal*. v. 99, 2011.
- FERRER, Gabriel Real. *Sostenibilidad, transnacionalidad y trasformaciones del Derecho*. *Revista de Derecho Ambiental*, AbeledoPerrot, Buenos Aires, nº 32, octubre-diciembre 2012, págs. 65-82.
- GOMES, Carla Amado. *A Idade da Incerteza: reflexões sobre os desafios de gerenciamento do risco ambiental*. In: LOPEZ, Teresa Ancona; LEMOS, Patrícia Faga Iglecias; LUHMANN, Niklas. *Risk: a sociological theory*. New Jersey: Aldine Transaction, 2008.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Internacional do Comércio

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 112167

Professor: Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito dos Negócios Internacionais
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores
 - Interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Experiência brasileira
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial

- OMC e Mercosul ○ Organizações internacionais ○ Mercosul - estrutura, evolução, resultados ○ OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
 - Multilateralismo vs. Regionalismo ○ Solução de controvérsias na OMC
- Tópicos práticos do Comércio Internacional ○ Agentes e sujeitos no Comércio Internacional ○ Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30% ○ Contribuições durante os momentos de debate ○ Apresentação de seminário (conteúdo, forma, atitude)
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70% ○ Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico ○ Extensão de 15 a 20 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (Org.). **Direito do comércio internacional**: aspectos fundamentais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do comércio internacional**. São Paulo: FGV, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional**: a OMC e o regionalismo. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

CRETELLA Neto, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (Org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito Internacional em expansão**: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente. São Paulo: Saraiva, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do Estado e a unidade do Direito Internacional**: domesticando o rinoceronte. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

CAPUCIO, Camila. **A OMC e o regionalismo do século XXI**: estratégia de imposição de modelos normativos? Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 2, 2014 p. 336348. Disponível em: <http://publicacoes.uniceub.br/index.php/rdi/article/view/3158/pdf>, acesso em: 10ago.2016.

SANCHEZ, Michelle Ratton. **Atores não-estatais e sua relação com a Organização Mundial do Comércio**. Direito do Comércio Internacional, 2002. 19p. Disponível em: <<http://www.reocities.com/cesariopereira/mestrado/AtoresnaoestataiseaOMC.doc>>, acesso em: 15fev.2016.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. **Principais teorias de comércio internacional**. Blog A Gaia Política: o mundo nosso de cada dia. Disponível em: <<https://jacieltrodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comerciointernacional/>>, acesso em: 16set.2016.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Tributário e Tributação Internacional

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112162

Professor: Cristiano Rosa de Carvalho

EMENTA

Análise da estrutura do sistema tributário brasileiro, no que se refere aos princípios que delinham a tributação, os principais diplomas infraconstitucionais e os tributos propriamente ditos que impactam a atividade privada. Aspectos importantes que afetam a tomada de decisão do contribuinte, como carga tributária, custos de transação e de conformidade com a legislação tributária e planejamento tributário. Os impactos e consequências das normas de tributação internacional e de tributação sobre o comércio exterior na atividade privada. A economia encaminha-se para uma globalização cada vez maior, e as normas tributárias que afetam importação e exportação de bens e serviços, assim como a renda internacional de empresas, no que se referem as suas controladas e coligadas em diversas jurisdições, passam a ter importância crucial na tomada de decisão das empresas brasileiras. Tributos sobre importação e exportação, tratados internacionais e preços de transferência, dentre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Teoria da Decisão – Introdução ao Tema - Aula Expositiva
- 2) Escolha Racional, Teoria dos Jogos, Análise Econômica da Tributação: aula expositiva. 3) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Por que e para quê existem tributos; princípios constitucionais, trade-offs entre justiça, igualdade e neutralidade; Tributação Ótima; Liberdade

Econômica, Direitos sociais e tributação; Segurança Jurídica e Cálculo Econômica; Texto e Norma, Princípios e Regras, Comunicação e Interpretação.

- 4) Decisão do Legislador (textos e estudo de casos): Extrafiscalidade. Tratados Internacionais em matéria tributária. Tributação sobre Controladas e Coligadas no Exterior. Incentivos Fiscais.
- 5) Decisão do Contribuinte (textos e estudo de casos): Planejamento Tributário e Propósito Negocial; Infrações e Sanções Tributárias; Tax Morality.
- 6) Decisão do Contribuinte (textos e estudos de casos): Guerra Fiscal
- 7) Decisão do Fiscal: Nomogênese tributária; Trusts e Planejamento Tributário; BEPS (Base Erosion Profit Shifting).
- 8) Decisão do Fiscal: Norma geral antilísica nos países em desenvolvimento. 9) Decisão do Juiz: Princípios, Regras, Cláusulas Gerais e Conceitos indeterminados; superação de princípios por regras; Colisão entre Princípios e sua solução; 10) Decisão do Juiz: Caso American Virginia (STF).

AVALIAÇÃO

Com exceção das duas primeiras aulas expositivas, ministradas pelo Professor, todas as demais serão com apresentação de seminários por grupos dos alunos, cobrindo todos os textos e estudos de caso, através de exposições e debates com a turma. A forma de avaliação será pela apresentação de seminários e pela participação dos alunos em aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve; Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p. 140-146, 2010.
- CARVALHO, Cristiano. **Teoria da decisão tributária**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CARVALHO, Paulo de Barros; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Guerra fiscal: reflexões sobre a concessão de benefícios no âmbito do ICMS**. São Paulo: Noeses, 2012.
- CHRISTIANS, Allison. Avoidance, Evasion, and Taxpayer Morality. **Washington University Journal of Law & Policy**, [S.l.], v. 44, p. 2-17, 2014.
- DUFF, David. Elisão Fiscal no Século XXI. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 5, p. 191-227, 2012.

KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. Rules versus standards: an economic analysis. **Duke Law Journal**, [S.l.], v. 42, n. 3, p. 557-629, 1992.

ROSENBLATT, Paulo. **General anti-avoidance rules for major developing countries**. Walter Kluwer, 2016.

UTAMI, Ana Paula et al. Observatório do Carf: planejamento tributário. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 27 mar 2016. Disponível em:

<<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-planejamento-tributario>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VASCONCELOS, Breno Ferreira Martins et al. Observatório do Carf: tributação de lucros de coligadas e controladas no exterior. **JOTA – Notícias Jurídicas que fazem a diferença**, São Paulo, 3 abr. 2016. Disponível em: <<http://jota.uol.com.br/observatorio-carf-tributacao-delucros-de-coligadas-e-controladas-no-exterior>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

YACOLCA ESTARES, Daniel. Agenda pendiente em America Latina para incorporar la tributacion ambiental. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 71-92.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARRETO, Paulo Ayres. Algumas reflexões sobre o “propósito negocial” no direito tributário brasileiro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 199-210.

BOMFIM, Diego. Proposta teórica de identificação de normas extrafiscais. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 51-69.

CALIENDO, Paulo. Tributação de coligadas e controladas no exterior. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 271-297.

CAMPOS, Fabricio Costa Resende de. Um modelo financeiro para determinação de evasão fiscal o Brasil no âmbito federa. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 39-57, 2014.

CARVALHO, Cristiano. **Sanções tributárias: uma visão estruturalista e funcionalista do Direito**. 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/lidia/Desktop/fulltext_stamped.pdf>. Acesso em: 18 out. 2016.

CARVALHO, Lucas de Lima. Le coup de Berger: a critique of the contribution of emerging economies to the OECD BEPS action plan. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 10, p. 237-248, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Derivação e positivação no direito tributário**. São Paulo: Noeses, 2011. v. 1.

DEFFENTI, Fabiano; CARVALHO, Cristiano. Trusts e planejamento tributário. **Revista Tributária das Américas**, [S.l.], v. 1, p.147-165, 2010.

ELALI, André. **Incentivos fiscais, neutralidade da tributação e desenvolvimento econômico: a questão da redução das desigualdades regionais e sociais**. [S.l.]: [s.n], 2007.

HARET, Florence. Desvendando as sanções políticas em direito tributário: critérios objetivos de delimitação das sanções políticas sob a ótica da jurisprudência do Supremo mais recente. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 334-356.
LAFFER, Arthur. **Achieving public policy goals via tobacco taxation in Indonesia**. [S.l.]: The LAFFER Institute, 2014.

NASCIMENTO, Octavio Bulcão. Royalties na mineração e o caos federativo. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**, São Paulo: Elsevier, 2015. p. 123-135.
PINHEIRO, Armando Castelar. Segurança jurídica, crescimento e exportações. In: **Crédito prêmio de IPI: estudos e pareceres III**. São Paulo: Manole, 2005. p. 265-293.
TORRES, Heleno. Interpretação das convenções para evitar a dupla tributação e prestação de serviços. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p.230-253.
UTUMI, Ana Cláudia. Planejamento tributário. Qual o futuro. In: CARVALHO, Cristiano (Org.). **Direito tributário atual**. São Paulo: Elsevier, 2015. p. 171-198.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da
Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito Regulatório

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária total: 30 horas/aula

Créditos: 2

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Pedro Henrique Poli de Figueiredo

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: Outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista (Lei 13.303/2016). As agências de regulação. Instrumentos de delegação: concessão, permissão e autorização. A relação jurídica na concessão. A Legislação de concessão: Lei 8987/95 e Lei 9074/95. Parcerias PúblicoPrivadas – Conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. Lei anticorrupção – Compliance – Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados.

Serviços privados regulados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1 – Noções sobre Serviços Públicos.
- 2 – Formas de prestação do serviço público – outorga e delegação. Aspectos próprios da Federação brasileira relacionados à prestação do serviço público. A Regulação do serviço público concedido. As agências de Regulação.

-
- 3 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista (Lei nº 13.303/2016).
- 3 – Concessão, permissão e autorização do serviço público. Evolução dos instrumentos de delegação no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4 - Leis 8.987 e 9074, de 1995.
- 5 – Parcerias Público – Privadas – noções gerais – aspectos da Lei nº11.079/95.
- 6 – Agências de Regulação
- 7 – Regime das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista
- 8 – Lei Anticorrupção – compliance – Lei de Improbidade Administrativa 9 – Serviços Públicos e serviços privados regulados e sua legislação

AVALIAÇÃO

Seminários com análise de casos

Os alunos buscarão na jurisprudência dos Tribunais Judiciários, de Contas ou administrativos e apresentarão para discussão na data dos seminários aos colegas, bem como apresentarão uma resenha com a análise do caso discutido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, LEILA. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUERRA, Sérgio (Org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações da administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SUNDFELD, Carlos Ari (Org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, set./dez. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Direito da Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 45 horas/aula

Créditos: 3 créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112153

Professor: André Rafael Weyermüller

EMENTA

Estudo da proteção jurídica às criações intelectuais. Análise da importância cultural, social e econômica do sistema de proteção à propriedade intelectual através dos seus dois grandes ramos: direito autoral e propriedade industrial. Direito do autor e direitos conexos. Marcas e Patentes: modalidades, registro, duração, licenças e violações. Concorrência desleal. Abuso do poder econômico. Formas de proteção de tecnologias não sujeitas a patentes, topografia de circuitos integrados e cultivares. Transferência de Tecnologia. Exame da transferência de tecnologia como modalidade contratual de exercício da atividade empresarial, possibilitando a disseminação da informação tecnológica e do conhecimento entre empresas no ambiente jurídico interno e externo e capacitando para compreender e operacionalizar tal mecanismo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1ª.Aula: Conhecendo a disciplina. Conceitos introdutórios de Propriedade Intelectual. Origem e princípios.
- 2ª.Aula: Fontes da legislação da Propriedade Intelectual.
- 3ª.Aula: Propriedade Industrial. Patentes de invenção e de modelo de utilidade. Contratos de Licença para exploração e cessão de patentes conforme INPI.
- 4ª.Aula: Direitos autorais. Modalidades contratuais de direitos patrimoniais.
- 5ª.Aula: Software. Programas de computador. Contratos de licença e cessão de topografia de circuito integrado conforme o INPI.

-
- 6ª.Aula: Marcas. Marcas de Alto Renome. Contratos de licença e de uso de marcas conforme INPI.
7ª.Aula: A Propriedade Intelectual e a esfera criminal.
8ª. Aula: Desenho Industrial. Licenças de exploração e de cessão de desenho industrial conforme o INPI.
9ª. Aula: Indicações geográficas: Denominação de Origem e Indicação de Procedência.
10ª. Aula: Cultivares.
11ª.Aula: Lei de Inovação. Lei do Bem.
12ª.Aula: Responsabilidade Civil. Danos morais e materiais decorrentes de Propriedade Intelectual.
13ª.Aula: Concorrência desleal e confidencialidade.
14ª. e 15ª. Aulas: Apresentação de seminários.

AVALIAÇÃO

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático (50%) Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina (50%).

METODOLOGIA

- 1.Nas aulas especificadas no cronograma um(a) mestrando(a) será responsável pela apresentação do tema proposto, utilizando-se a Metodologia de Seminário.
- 2.A preparação do tema deverá observar a bibliografia sugerida e disponível no ambiente Moodle, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema.
- 3.Os demais mestrandos deverão ler o texto indicado previamente pelo professor para cada tema de aula conforme o cronograma.
- 4.Os alunos deverão, ao final do semestre, apresentar um dos temas trabalhados em aula em forma de seminário/aula, utilizando-se das indicações de bibliografia e jurisprudência.
- 5.Cada mestrando desenvolverá, sob forma de artigo científico, realizar o estudo aprofundado sobre um dos temas discutidos ao longo da disciplina, o qual deverá ter um mínimo de 15 páginas e seguir as normas da ABNT.

6. Para fins de avaliação serão considerados, ainda, a assiduidade, qualidade da apresentação do Seminário, participação nos Seminários dos colegas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Obs.: Textos estão disponibilizados no ambiente Moodle para utilização nos seminários e nos artigos finais. Além desses textos que serão trabalhados em aula, sugere-se a bibliografia que segue:

BARBOSA, Denis Borges. **Uma introdução à propriedade intelectual**. [S.l.]: Lumen Juris, 2003. Disponível em: <<http://www.denisbarbosa.addr.com/arquivos/livros/umaintro2.pdf>>.

CARBONI, Guilherme. **Direito Autoral e Autoria Colaborativa: na Economia da Informação em Rede**. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

CORREA, CARLOS. **Propriedade Intelectual e Saúde Pública**. Tradução de Fabíola Wüst Zibetti. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DRAHOS, Peter. **A Philosophy of Intellectual Property**. Great Britain: Ashgate, 1996.

LESSIG, Lawrence. **Cultura livre: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para barrar a criação cultural e controlar a criatividade**. Tradução de Fábio Emilio Costa. [S.l.]: Quilombo Digital, 2007. Disponível em: <http://softwarelivre.org/articles/0018/5102/Lawrence_Lessig_-_Cultura_Livre.pdf>

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero: a internet das coisas, os bens comuns colaborativos e o eclipse do capitalismo**. Tradução de Mônica Rosemberg. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2016.

SÁDABA, Igor. DOMÍNGUEZ, Mario. ROWAN, Jaron. MARTÍNEZ, Rubén. ZEMOS98. **La tragedia del copyright: bien común, propiedad intelectual y crisis de la industria cultural**. Barcelona: Virus Editorial, 2013.

LANDES, William M. POSNER, Richard A. **The Economic Structure of Intellectual Property Law**. Cambridge, Massachusetts, London: Belknap, 2003.

WACHOWICZ, Marcos (Coord.). **Direito Autoral & Economia Criativa**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

(Org.). **Estudos de Propriedade Intelectual**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Sérgio. **O domínio público no direito autoral brasileiro** – uma obra em domínio público. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

BOYLE, James. **The Public Domain: enclosing the Commons of the Mind**. USA: Caravan Book, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6ed. Tradução de Ronei de Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultural)

CASTRO, Oona. MIZUKAMI, Pedro (Orgs.). **Brasil Pirata, Brasil Original**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013.

DRAHOS, Peter. BRAITHWAITE, John. **Information Feudalism: who owns the knowledge economy?** New York, London: The New Press, 2002.

HELFRICH, Silke (Comp.). **Genes, Bytes y Emisiones: Bienes Comunes y Ciudadanía**. México: Fundación Heinrich Böll, 2008.

LESSIG, Lawrence. **Remix**. USA: Penguin-Press, 2008.

PENROSE, Edith. **La Economía del Sistema Internacional de Patentes**. Mexico, Siglo Veintiuno, 1974.

PRONER, Carol. **Propriedade Intelectual: uma outra ordem jurídica possível**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAFFO, Julio. **Derecho autoral: hacia un nuevo paradigma**. Buenos Aires: Marcial Pons Argentina, 2011.

SANTOS, Manoel J. Pereira dos (Coord.). **Direito de Autor e Direitos Fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SMIERS, Joost. SCHIJNDEL, Mariekevan. **Imagine...No copyright: por un mundo nuevo de libertad creativa**. Traducción de Roc Filel la Escolà. Barcelona: Editorial Gedisa S.A., 2008.

VILLARES, Fábio (Org). **Propriedade intelectual: tensões entre o capital e a sociedade**. Paz e Terra: São Paulo, 2007.

WACHOWICZ, Marcos. **Direito Autoral e Marco Civil da Internet**. Curitiba: GEDAI/UFPR, 2015.

Links importantes de Revistas para pesquisa de artigos atuais na área:

1. RevistaPIDCC– Revista de Propriedade Intelectual, Direito Contemporâneo e Constituição <http://www.pidcc.com.br/br/>
2. Revista do IBPI-Revista Eletrônica do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual <http://www.ibpi brasil.org/>
3. RevistadaABPI– Revista da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual- <http://www.abpi.org.br/biblioteca1.asp?ativo=True&linguagem=Portugu%EA&secao=Biblioteca&subsecao=Revista%20da%20ABPI>
4. EIJL-European Journal of Law and Technology- <http://ejlt.org/index>
5. IIC-International Review of Intellectual Property and Competition Law- <http://link.springer.com/journal/40319>
6. Review of Intellectual Property Law- <http://ripl.jmls.edu/>

Links de sites para consulta:

1. Grupo de Estudos de Direito Autoral e Industrial/UFPR-GEDAI- <http://www.gedai.com.br/>
2. Instituto Nacional de Propriedade Industrial–INPI - <http://www.inpi.gov.br/>

3. World Intellectual Property Organization– WIPO -
<http://www.wipo.int/portal/en/index.html>

4. World Trade Organization– WTO/TRIPS
https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/trips_e.htm

5. United States Patent and Trademark Office– USPTO - <http://www.uspto.gov/>

6. European Patent Office - <https://www.epo.org/index.html>

7. University of Alicante Intellectual Property & Information Technology–UAIPIT-
<http://www.uaipit.com/es/>

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Gestão Jurídica e de Contencioso para o Advogado Internacional

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112163 Sala A02 203

Professor: Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A formação multidisciplinar e internacional do ponto de vista administrativo, legal e estratégico necessário para o advogado exercer a liderança na gestão jurídica e de contencioso no âmbito de empresas e escritórios com atuação no mercado internacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Tema	Texto base
13/04	Apresentação da disciplina. Discussão sobre a temática e avaliação. Preparando-se para o futuro!	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth</i> . 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 319-336.

27/04	Primeira parte: Advocacia é um negócio? Segunda parte: Law Firm economics 101	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 3-11. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.</i> Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-26.
04/05	Primeira parte: Financial Management Segunda parte: Smarter Princing, Smarter Profit	POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 137-153. DODDS, Stuart J. T. <i>Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future.</i> Chicago: Aba publishing, 2014, p. 11-27.
08/06	Primeira parte: Gestão do Tempo Segunda parte: Risk Management	JARMON, Amy L. <i>Time and workplace management for lawyers.</i> Chicago: Aba publishing, 2013, p. 23-56. POLL, Edward. <i>The business of law. Planning and operating for survival and growth.</i> 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014, p. 219-226.
15/06	The Power of Legal Project Management	LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. <i>The Power of Legal Project Management.</i> Chicago: Aba publishing, 2014.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros com apresentação oral e entrega de um plano de apresentação com indicações bibliográficas (50% da nota final); 2. entrega do trabalho final, consistente na elaboração de um projeto aplicado (50% da nota final).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DODDS, Stuart J. T. *Smarter pricing, smater profit. A guide for the law firm of the future*. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. *The Power of Legal Project Management*. Chicago: Aba publishing, 2014.

POLL, Edward. *The business of law. Planning and operating for survival and growth*. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro**. Rio de Janeiro: Quartier Latin. 2007.

BALAS, Aron et al. **The divergence of legal procedures**. Cambridge, Mass: National Bureau of Economic research, 2008. Working Paper n. 13809. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13809.pdf>>.

BANCO MUNDIAL. **Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do judiciário no Brasil**. Brasília: Banco Mundial, 2004. Relatório n. 32789-BR. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/38171661185895645304/4044168-1186404259243/29Justica.pdf>>.

BORANGA, Anna Luiza; SALOMÃO, Simone Viana (Coord.). **Direito, gestão e prática: administração legal para advogados**. São Paulo: Saraiva: FGV, 2010.

CAIN, George H. *Turning Points. New paths and second careers for lawyers*. Chicago: Aba publishing, 1994.

CARMONA, Carlos Alberto; AMENDOEIRA JUNIOR, Sidnei (Coord.). *Direito, gestão e prática: estratégias processuais na advocacia empresarial*. São Paulo: Saraiva: Direito GV, 2011.

JARMON, Amy L. *Time and workplace management for lawyers*. Chicago: Aba publishing, 2013.

KOBAIASHI, Bruce H; PARKER, Jeffrey S. **Civil procedure: general economic analysis**. In: BOUCKAERT, Boudewijn; DE GEEST, Gerrit. (Eds.) *Encyclopedia of law and economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2000. v. 1, p. 65-117. Disponível em: <<http://encyclo.findlaw.com/7000book.pdf>>.

KRIEGER, Stefan H. E NEUMANN Jr, Richard K. *Essential lawyering skills. Interviewing, counseling, negotiation, and persuasive fact analysis*. 4 ed. Nova York: Wolters Kluwer, 2011.

KRITZER, Herbert M. **Lawyers fees and lawyer behavior on litigation: what does the empirical literature really say?** *Texas Law Review*. Austin, vol. 80, pp. 1943-1983, jun. 2002. Disponível em: <http://users.polisci.wisc.edu/kritzer/research/law_misc/TexasLR2002.pdf>.

LAMBRETH, Susan Raridon e RUEFF JR., David A. *The Power of Legal Project Management*. Chicago: Aba publishing, 2014.

LAVELLE, Kerry M. *The business guide to Law. Creating and operating a successful Law firm*. Chicago: Aba publishing, 2015.

LEITE, Leonardo Barém. **Gestão estratégica do departamento jurídico moderno**. Curitiba: Juruá. 2010.

MACEDÔNIA, Alexandre. **Planejamento e gestão para escritórios de advocacia**. São Paulo: Magister, 2011

MELCHER, Michael F. *The Creative Lawyer. A practical guide to authentic professional satisfaction*. Chicago: Aba publishing, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PARNELL, David J. *The failing law firm. Symptons and remedies*. Chicago: Aba publishing, 2014.

PATRICIO, Miguel Carlos Teixeira. *Análise econômica da litigância*. Lisboa: Almedina, 2005.

POLL, Edward. *The business of law. Planning and operating for survival and growth*. 3 ed. Chicago: Aba publishing, 2014.

PRADO, Roberta Nioac (Coord.). *Direito, gestão e prática: empresas familiares: governança corporativa, governança familiar, governança jurídica*. São Paulo: Saraiva: FGV, 2011.

SILVA, Paulo Eduardo Alves da. *Gerenciamento de Processos Judiciais*. São Paulo: Saraiva, 2010.

VERCAMMEN, Kenneth. *Smart marketing for the small firm lawyer*. Chicago: Aba publishing, 2014.

WALTON, Kimn Alayne. *What Law school doesn't teach you...but you really need to know. Expert tips & Strategies for making your legal career a huge success*. Chicago: Harcourt Legal & Professional Publications, 2000.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Mercado Financeiro e de Capitais e Economia Internacional

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112161

Professores: João Zani

EMENTA

Análise dos aspectos jurídicos relativos ao mercado financeiro e de capitais, propiciando um maior conhecimento sobre o ambiente no qual se situa a empresa em suas relações internas e externas, com vistas a desenvolver as competências necessárias para saber atuar nos âmbitos consultivo e contencioso da advocacia empresarial e atividades afins. Teorias do Comércio Internacional: das vantagens absolutas de Adam Smith à nova Teoria do Comércio

Internacional. Teoria e Prática da Política Comercial. O Multilateralismo e a Estrutura de Comércio administrada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Blocos Econômicos: teoria, mensuração e evidência. Balanço de Pagamentos e Câmbio. O Setor Externo da Economia Brasileira.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Mercado financeiro e de capitais ○ Fundamentos. Sistema Financeiro Nacional ○ Mercados monetário, de crédito, de capitais, e cambial
- Multilateralismo e Comércio Internacional ○ Teorias de Comércio Internacional ○ Balanço de Pagamentos ○ Blocos econômicos, Mercosul ○ Organização Mundial do Comércio - OMC

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-750 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3591 1145 E-mail: mpdireito@unisinos.br <http://www.unisinos.br/mestrado-profissional/direito-da-empresa-e-dos-negocios/presencial/sao-leopoldo>

AVALIAÇÃO

20% Participação em Sala de Aula.

80% Estudos de Caso / Apresentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KERR, Roberto. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Pearson, 2011.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

YAZBEK, Otávio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. São Paulo: Elsevier, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. **Economia internacional**. Porto Alegre: AMGH, 2010.

BACHA, Edmar. **Estado da economia mundial desafios e respostas**: seminário em homenagem a Pedro Malan. Rio de Janeiro LTC. 2015.

EIZIRIK, Nelson et al. **Mercado de capitais**: regime jurídico. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FUND, International Monetary. **Balance of payments and international investment position manual**. Washington.: International Monetary Fund, 2009.

LOSS, Louis; SELIGMAN, Joel. **Fundamentals of securities regulation**. 5. ed. New York: Aspen Publishers, 2004.

PROENÇA, José Marcelo Martins. Insider trading: regime jurídico do uso de informações privilegiadas no mercado de capitais. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

QUIROGA MOSQUERA, Roberto (Coord.). O direito tributário e o mercado financeiro e de capitais. São Paulo: Dialética, 2010.

SZTAJN, Rachel. Sistema financeiro: entre estabilidade e risco. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel; FRANCO, Vera Helena de Mello. Manual de direito comercial e mercado de valores mobiliários. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Metodologia para a Análise e Resolução de Casos

Ano/Semestre: 2018/1

Carga horária: 30 horas/aula

Créditos: 2 créditos

Área temática: Direito **Código da Disciplina:** 112152

Professor: Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; modelos e estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturação e escrita de textos a partir da experiência jurídica americana.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito:** as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em:

<file:///D:/Desktop/Pesquisa_empirica_em_direito.pdf> Acesso em 14 jan. 2018.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

SIEMS, Mathias M. and SÍ HIGH, Daithí mac. Mapping Legal Research. In: **The Cambridge Law Journal**, v. 71, 2012, p. 651-676.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S.l.]: Lexis-Nexis Electronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BACHARACH, S. B. Organizational theories: some criteria for evaluation. **Academy of management Review**, New York, v. 14, n. 4, p. 496-515, 1989.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de Aula Invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Rlsevier, 2010.

COLLIS, H.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research: which kind of method for what kind of discipline?** Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre; Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- O'REALLY-KELLY, S. W.; VOKURKA, R. J. The empirical assessment of construct validity. **Journal of Operations Management**, Amsterdam, v. 16, p. 387-405, 1998.
- SCHWAB, D. P. A model of empirical research. In: _____. **Research methods for organizational studies**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1999. p. 13-28.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
- ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. In: **Revista Direito e Liberdade – RDL – ESMARN – v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.**

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Novas Tecnologias e Direito

Ano/Semestre: 2018/1 **Carga horária:** 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 112154

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional. Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o *framework* de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;

- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ENGELMANN, W. **Nanotechnology, law and innovation**. Saarbrücken, Deutschland: LAP LAMBERT Academic Publishing, 2011.

PARKER, Christine and HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. In: MARES, Radu (Edit.). **The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012, p. 273-301.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. In: NAVAS NAVARRO, Susana (Dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017, p. 123-150.

OST, F; M. van de KERCHOVE. **El sistema jurídico entre orden y desorden**.

Traducción de I. Hoyo Sierra. Madrid: Servicio publicaciones Facultad Derecho, 1997. UNIÃO EUROPÉIA, **Código de conduta para a investigação responsável no domínio das nanociências e das nanotecnologias**. Disponível em:

<<http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32008H0345:PT:HTML>>.

Acesso em: 19 jan. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. Normas

Internacionales y «normas privadas». Disponível em:

<http://www.iso.org/iso/private_standards-ES.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI).

Nanotecnologias: subsídios para a problemática dos riscos e regulação. Disponível em:

<http://www.abdi.com.br/Estudo/Relat%C3%B3rio%20Nano-Riscos_FINALreduzido.pdf>.

Acesso em: 19 jan. 2018.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ABDI).

Cartilha sobre Nanotecnologia:

<<http://www.abdi.com.br/Estudo/Cartilha%20nanotecnologia.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

UNESCO. Ética y Política de la Nanotecnología. Disponível em:

<unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145951s.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. RECOMENDAÇÃO DA COMISSÃO de 18 de Outubro de 2011 sobre a definição de nanomaterial. (2011/696/UE). Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/JOHtml.do?uri=OJ%3AL%3A2011%3A275%3ASOM%3APT%3AHTM L>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comitê Econômico e Social Europeu – Segunda revisão regulamentar relativa a nanomateriais. Bruxelas, 2012.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum.** São Paulo: Martins Fontes, 2004. DíEZ, Carlos Gómez-Jara. **A Responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental:** a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98.

Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013. GARDELLA, M. M. D.; PARDO, J. E. **Autorregulación y Derecho Público:** la autorregulación regulada. Espanha: Marcial Pons, 2005. 490 p.

_____. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. In: PARDO, José Esteve (Coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local.** 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2005.

DIAZ, Miguel. La normalizacion tecnica como obstaculo al comercio internacional: precisiones conceptuales basicas para discernir el problema. **Ciencias económicas**, San Jose, v. 29, fasc.1, p. 319, 2011.

ENGELMANN, Wilson; BERGER FILHO, Airton Guilherme. As nanotecnologias e o direito ambiental: a mediação entre custos e benefícios na construção de marcos regulatórios.

Revista de Direito Ambiental, São Paulo: RT, n. 59, p. 50-91, jul.- set./2010.

IDENTIFICAÇÃO

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Disciplina: Sistemas Jurídicos Internacionais

Ano/Semestre: 2018/1 **Carga horária:** 15 horas/aula

Créditos: 1 crédito

Área temática: Direito **Código da disciplina:** 112166

Professora: Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Análise dos principais Sistemas Jurídicos Contemporâneos, a partir das duas vertentes históricas: a Civil Law e a Common Law. Será dada ênfase no estudo do Sistema Jurídico Americano, com ênfase na constituição da processualidade do litígio e a importância da formação do precedente. A influência dos tribunais ingleses. Peculiaridades do Direito Asiático, com ênfase no Direito Coreano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Sistemas Jurídicos Contemporâneos;
- *Civil Law* e *Common Law*: Histórico, mapa atual, fontes do direito, *hard law* e *soft law*;
- Direito norte-americano (EUA): sistema judiciário, sistema legislativo, *case law*.
- Direito inglês: histórico, sistema judiciário;
- Direito coreano: histórico, peculiaridades, sistema jurídico atual.
- Outros sistemas jurídicos atuais e relevantes ao cenário brasileiro: BRICS, ASEAN + 3, APEC, MERCOSUL, União Europeia;

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos;
- Debates temáticos;
- *Paper* que será entregue ao final da disciplina.

Critérios de avaliação:

- *Paper*: 70%;
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ENGELMANN, Wilson; SCHIOCCHET, Taysa (Coord). **Sistemas jurídicos contemporâneos e constitucionalização do direito**. Curitiba: Editora Juruá, 2013.
- FINE, Toni M. **Introdução ao Sistema Jurídico anglo-Americano**. Tradução de Eduardo Saldanha e Revisão técnica de Eduardo Apio. São Paulo: Martins Fontes, 2011
- LOSANO, Mario G. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. Tradução de Hermínio A. Carvalho. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- AJANI, Gianmaria *et al.* **Sistemas Jurídicos Comparados.. Lecciones y Materiales**. Tradução Beatriz Gregoraci Fernández. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2011.
- CROSS, Rupert; HARRIS, J.W. **El Precedente en el Derecho Inglés**. Tradução Maria Angélica Pulido. Barcelona: Marcial Pons, 2012.
- DAVID, René. **O Direito Inglês**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- DOUGLAS-SCOTT, Sionaidh. **Law after Modernity**. Oxford: Hart Publishing, 2013.

-
- FARNSWORTH, E. Allan. **An introduction to the legal system of the United States**. Fourth Edition. New York: Oxford University Press, 2010.
- FERNÁNDEZ VILA, María Fernanda. “Las experiencias de integración en Asia”. In: NEGRO, Sandra (Dir.) **Derecho de la Integración. Manual**. 2ª ed. Montevideo-Buenos Aires: BdeF, 2013.
- FON, Vincy; PARISI, Francesco. “Judicial precedents in civil law systems: a dynamic analysis. **International Review of Law and Economics**. 26 (2006).
<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33111-41760-1-PB.pdf>
- GONZÁLEZ MARTÍN, Nuria. **Sistemas Jurídicos Contemporáneos**. México, D.F.: Cultura Jurídica, 2010.
- GRUNDMANN, Stefan et al. **Direito Privado, Constituição e Fronteiras: encontros da Associação Luso-Alemã de Juristas Brasileiros**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- JIN, Oh Seung, "Overview of Legal Systems in the Asia-Pacific Region: South Korea" (2004). **Overview of Legal Systems in the Asia- Pacific Region** (2004). Paper 6.
http://scholarship.law.cornell.edu/lps_lsapr/6
- RAATZ, Igor. “Considerações históricas sobre as diferenças entre *Common Law* e *Civil Law*: reflexões iniciais para o debate sobre a adoção de precedentes no Direito brasileiro.” **Revista de Processo**. Vol. 199. 2012.
- SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 6ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.
- SELLER, Mortimer. “The Doctrine of Precedent in the United States of America”. **The American Journal of Comparative Law**. Sept. 2008.
https://www.researchgate.net/publication/228211504_The_Doctrine_of_Precedent_in_the_United_States_of_America
- YANG, Hyunah (Edited). **Law and society in Korea**. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.